

Orçamento revisto é de 4,5 trilhões

O orçamento geral da União, aprovado ontem pelo Congresso, foi reestimado, prevendo uma inflação de 120% no ano que vem, contra 60% da estimativa de agosto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional aprovou, ontem, o projeto de lei do orçamento geral da União para 1988, estimando receitas e despesas no limite de Cz\$ 4,54 trilhões contra Cz\$ 3,23 trilhões, da proposta orçamentária encaminhada em agosto passado pelo Executivo. A reestimativa, proposta pelo próprio Executivo, pois o Congresso não tem poder de emendar o projeto orçamentário, considera que a previsão de inflação para 1988 incorporada na estimativa inicial, de 60%, já foi ultrapassada, tomando como referencial, para o novo cálculo da receita, a taxa de 120%.

Pela reestimativa da receita, o Imposto de Renda alcança Cz\$ 1,0 trilhão em sua arrecadação, contra uma previsão inicial de Cz\$ 773,5 bilhões, mas este acréscimo não incorpora os efeitos do pacote fiscal que está sendo preparado na Secretaria da Receita Federal, mas tão-somente o impacto da nova previsão inflacionária.

Também foram substancialmente elevadas as previsões de recursos para os encargos gerais da União e para a reserva de contingência, duas verbas manipuladas pela Presidência da República sem a necessidade de registro e controle orçamentário. A reserva de contingência foi elevada — também por proposta do Executivo — de Cz\$ 20,0 bilhões para Cz\$ 191,8 bilhões.

No quadro das despesas, foram reforçadas as dotações destinadas aos projetos sociais em 1988. O programa do Mutirão Habitacional Comunitário terá agora Cz\$ 28,5 bilhões ao invés de Cz\$ 15,0 bilhões distribuição de leite para crianças carentes, de Cz\$ 19,2 bilhões para Cz\$ 44,2 bilhões e apoio à população urbana carente, de Cz\$ 8,0 bilhões para Cz\$ 20,0 bilhões.

Na dotação encargos previdenciários da União, a verba destinada ao pagamento de inativos e pensionistas foi ampliada de Cz\$ 104,7 bilhões para Cz\$ 193,1 bilhões, enquanto a verba para a contrapartida de empréstimos externos elevou-se de Cz\$ 19,4 bilhões para Cz\$ 69,0 bilhões, mais de US\$ 1,0 bilhão.

Norte-Sul

O senador Edison Lobão, do PDS do Maranhão, relator do subnexo "Receita e Texto da Lei", recusou as sete emendas apresentadas por diversos parlamentares, sob o argumento de que, na forma constitucional, não são cabíveis emendas ao projeto de lei orçamentária.

Uma dessas emendas estabelecia que os Cz\$ 8,0 bilhões destinados, no orçamento para a construção da Ferrovia Norte-Sul "só poderão ser aplicados após a inclusão da obra no Plano Nacional de Viação e devidamente aprovada pelo Congresso Nacional". O relator disse que o artigo 60 da Constituição impede emendas, ao dispor que a despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. E uma emenda seria um dispositivo estranho.

Financiamento

Também por provocação do Executivo, foram alterados os números relativos ao orçamento das operações oficiais de crédito (as dotações que faziam parte do antigo orçamento monetário) afetando itens como amortização de empréstimos (Cz\$ 1.038,3 bilhões contra Cz\$ 762,7 bilhões).

Foram igualmente alterados os números principais incluídos no cálculo das necessidades de financiamento líquido (conceito operacional), o medidor do déficit público. Segundo as alterações, as despesas com pessoal, em 1988, passam de Cz\$ 551,0 bilhões para Cz\$ 713,0 bilhões; as transferências a Estados e municípios, de Cz\$ 558,8 bilhões para Cz\$ 803,0 bilhões. O déficit orçamentário cresce de Cz\$ 280,3 bilhões para Cz\$ 351,4 bilhões, mas manterá a relação de 0,15% do PIB, o qual também foi reestimado em função da nova expectativa inflacionária, passando de Cz\$ 21,0 trilhões para Cz\$ 28,5 trilhões.



Sem poder para emendar projeto orçamentário, as propostas do Congresso foram recusadas

As Receitas Previstas

Cz\$ mil

Especificação	Projeto de Lei	Reestimativa
RECEITAS CORRENTES	2.158.120.750	3.055.000.000
Receita Tributária	1.745.326.000	2.471.000.000
Imposto Sobre Importação	77.700.000	105.600.000
Imposto Sobre Exportação	8.100.000	9.600.000
Imposto Sobre a Renda	773.500.000	1.055.000.000
Imposto Territorial Rural	600.000	700.000
Imposto Sobre Produto Industrializados	805.500.000	858.400.000
Imposto Sobre Operações Financeiras	105.000.000	155.000.000
Imposto Sobre Transportes	13.811.000	14.900.000
Imposto Sobre Serviços e Comunicações	29.000.000	41.000.000
Imposto Único Sobre Lubrificante e Combustíveis e Adicional	84.980.000	91.000.000
Imposto Único Sobre Energia Elétrica	37.160.000	52.500.000
Imposto Único Sobre Minerais	11.900.400	18.000.000
Taxa de Melhoramento dos Fundos	10.000.000	14.200.000
Outros Tributos	5.975.500	9.400.000
Receita de contribuições	390.972.000	497.900.000
Contribuições para o Finsocial	142.000.000	200.000.000
Contribuições do Salário Educação	36.750.000	51.900.000
Cota da Previdência	2.300.000	3.500.000
Contribuição para o Pin e o Proterra	8.000.000	62.000.000
Contribuição Sobre o Açúcar e o Alcool	26.000.000	37.000.000
Cota de Contribuição Sobre a Exportação	27.000.000	38.000.000
Adicional Frota Renovação Marinha Mercante	40.000.000	56.600.000
Outras Contribuições	16.622.600	26.600.000
Receita Patrimonial	7.775.210	12.000.000
Receita Agropecuária	96.900	137.100
Receita Industrial	279.300	385.200
Receita de Serviço	39.333.000	68.700.000
Transferências Correntes	865.000	1.500.000
Outras Receitas Correntes	10.471.840	15.767.700
Receita de Capital	1.043.368.250	1.490.162.000
Operações de Crédito	1.083.067.000	1.489.762.000
Outras Receitas de Capital	278.250	400.000
Total	3.238.487.000	4.545.162.000

Necessidade de financiamento líquido (Conceito operacional) 1988.

	Projeto de Lei	Cz\$ Bilhões
A - Orçamento: Composição Tradicional.		
II - Receitas	2.155,4	3.055,4
Tributárias	1.745,3	2.471,0
Outras	409,1	584,4
III - Despesas	2.415,7	3.406,8
Pessoal	551,0	713,6
Dívida	343,4	504,8
Encargos	129,1	188,0
Amortização	215,3	318,8
Das empresas estatais (da responsabilidade do Tesouro)	51,3	74,7
Demais amortizações	164,0	242,1
Transferências e Estados,		
OP e Municípios (constitucionais)	568,6	803,0
Outras despesas correntes	427,4	486,5
Outras despesas de capital	505,1	707,1
Participação da União		
no capital de empresas estatais	60,5	83,5
Demais despesas de capital	441,6	643,8
Reserva de Contingência	20,0	191,8
III - Déficit Orçamentário (necessidade de financiamento bruto). (I e II)	280,3	351,4
IV - Dívida	154,07	242,1
Amortização (exclusiva das empresas estatais)	164,0	242,1
V - Participação da União		
no Capital das Empresas Estatais	63,5	83,0
VI - Necessidade de Financiamento		
Líquido-NFL- (III - IV - V)	32,0	45,8
VII - NFL/PIB (em %)	16	16

B - Orçamento das Operações oficiais de crédito		
I - Receitas	823,1	1.120,4
Retorno de Empréstimos	823,1	1.120,4
II - Despesas	1.301,0	1.875,8
Concessão de Empréstimos	1.276,5	1.738,2
Equalização de Preços	39,4	53,8
Amortização e Encargos da Dívida	68,1	90,0
III - Déficit Orçamentário (necessidade de Financiamento Bruto). (I-II)	567,8	758,4
IV - Refinanciamento de Dívidas	323,8	440,4
Externas com Aval do Tesouro	52,3	71,2
V-Saneamento Financeiro de Estados e Municípios	23,1	31,4
VI - Financiamento Líquido ao Setor Privado	159,0	215,4
VII - Necessidade de Financiamento	78	78
Líquido-NFL-(III -IV -V+VI)		
VIII-NFL/PIB (em %)		

C - ENCARGOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA		
I - Despesas	254,9	278,9
Carteira do Banco Central	190,9	277,4
III - Necessidade de Financiamento		
Líquido-NFL-(I-II)	74,0	101,6
IV - NFL/PIB (em %)	35	35

D - Necessidade de Financiamento		
Líquido Total (A+B+C)	285,0	363,7
E - Total da NFL/PIB (em %)	1,27	1,27
Produto Interno Bruto-PIB	21.000,0	28.600,0